

# **Fundação Nossa Senhora da Esperança**

**Anexo**

## Índice

1	Identificação da Entidade.....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras .....	3
3	Principais Políticas Contabilísticas.....	3
3.1	Bases de Apresentação .....	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração .....	6
4	Ativos fixos tangíveis.....	14
5	Ativos intangíveis .....	15
6	Custos de empréstimos obtidos.....	15
7	Inventários .....	15
8	Rendimentos e gastos.....	16
9	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes .....	16
10	Subsídios e outros apoios das entidade públicas.....	16
12	Benefícios dos empregados .....	17
13	Acontecimentos após a data do balanço .....	17
14	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	17
16	Outras divulgações.....	17
16.1	Investimentos Financeiros .....	18
16.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros .....	18
16.3	Clientes e Utentes .....	18
16.4	Outras contas a receber.....	19
16.5	Diferimentos .....	19
16.6	Caixa e Depósitos Bancários .....	19
16.8	Fundos Patrimoniais.....	19
16.9	Fornecedores .....	20
16.10	Estado e Outros Entes Públicos.....	20
16.11	Outras Contas a Pagar.....	20
16.12	Outros Passivos Financeiros.....	21
16.13	Subsídios, doações e legados à exploração .....	21
16.14	Fornecimentos e serviços externos.....	21
16.15	Outros rendimentos.....	21
16.16	Outros gastos .....	22
16.17	Resultados Financeiros.....	22
16.18	Acontecimentos após data de Balanço.....	22

## 1 Identificação da Entidade

A “Fundação Nossa Senhora da Esperança” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Fundação de Solidariedade Social” com estatutos publicados; O registo foi lavrado pelo averbamento nº 4, à inscrição nº 85/86, a fls. 93 Verso do Livro nº 3 e fls. 186 do Livro nº 6 das Fundações de Solidariedade Social e considera-se efectuado em 19/07/2016; com sede em Rua Sequeira Sameiro – Castelo de Vide. Tem como actividade para que possa prosseguir os seguintes objectivos:

- 1 - A Fundação tem como fins exercer e/ou promover actividades de assistência nos campos da tiflogia, da terceira idade, e outras de natureza social.
- 2 – A Fundação desenvolve igualmente a sua actuação nas áreas Cultural e da Formação e Qualificação Avançada.

## 2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2024 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

<b>Resultado Líquido SNC-ESNL</b>	<b>3.027,90</b>
-----------------------------------	-----------------

## 3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

### 3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

Fundação Nossa Senhora da Esperança

Rua Sequeira Sameiro 7320-138 Castelo de Vide

NIF:500875871 - Publicação em Diário da República 2ª Série – Nº 45 de 4 de Março de 2008 – Declaração nº72/2008

### **3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

### **3.1.2 Continuidade:**

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

### **3.1.3 Compreensibilidade**

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

### **3.1.4 Relevância**

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

### **3.1.5 Materialidade**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### **3.1.6 Fiabilidade**

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

### **3.1.7 Representação Fidedigna**

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

### **3.1.8 Substância sobre a forma**

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

### **3.1.9 Neutralidade**

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

### **3.1.10 Prudência**

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

### **3.1.11 Plenitude**

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

### **3.1.12 Comparabilidade**

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

## **3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração**

### **3.2.1 Fluxos de Caixa**

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

Fundação Nossa Senhora da Esperança

Rua Sequeira Sameiro 7320-138 Castelo de Vide

NIF:500875871 - Publicação em Diário da República 2ª Série – Nº 45 de 4 de Março de 2008 – Declaração nº72/2008

### 3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

### 3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	0
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento biológico	6
Equipamento administrativo	4

Fundação Nossa Senhora da Esperança

Rua Sequeira Sameiro 7320-138 Castelo de Vide

NIF:500875871 - Publicação em Diário da República 2ª Série – N.º 45 de 4 de Março de 2008 – Declaração nº72/2008

Outros Activos fixos tangíveis	0
--------------------------------	---

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

### **3.2.4 Bens do património histórico e cultural**

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verificarem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

### **3.2.6 Inventários**

A Entidade adopta como método de custeio dos inventários o custo FIFO.

### **3.2.8 Instrumentos Financeiros**

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - Alterações no preço do bem locado;
    - Alterações na taxa de câmbio
    - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

### Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Fundação Nossa Senhora da Esperança

Rua Sequeira Sameiro 7320-138 Castelo de Vide

NIF:500875871 - Publicação em Diário da República 2ª Série – Nº 45 de 4 de Março de 2008 – Declaração nº72/2008

### Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

### Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

## **3.2.9 Fundos Patrimoniais**

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

## **3.2.10 Provisões**

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

Fundação Nossa Senhora da Esperança

Rua Sequeira Sameiro 7320-138 Castelo de Vide

NIF:500875871 - Publicação em Diário da República 2ª Série – Nº 45 de 4 de Março de 2008 – Declaração nº72/2008

### **3.2.11 Financiamentos Obtidos**

#### Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

E/ou

Os “Encargos Financeiros” de “Empréstimos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso ou venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

#### Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.3. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

### **3.2.12 Estado e Outros Entes Públicos**

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2009 a 2012 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

#### 4 Ativos fixos tangíveis

No período de 2024, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

Descrição	2024			
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
<b>Perdas por Imparidade Acumuladas</b>				
Goodwill	0,00			0,00
Projetos de Desenvolvimento	6 137,70	1 845,00		7 982,70
Programas de Computador	0,00			0,00
Propriedade Industrial	0,00			0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00			0,00
<b>Total</b>	<b>6 137,70</b>	<b>1 845,00</b>	<b>0,00</b>	<b>7 982,70</b>

#### Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2023 e de 2024, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2024			2023		
	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada
Terrenos e recursos naturais	357 311,07	2 811,07	354 500,00	357 311,07	2 811,07	354 500,00
Edifícios e outras construções	4 908 440,72	1 377 105,14	3 531 335,58	4 879 397,60	1 349 539,38	3 529 858,22
Equipamento básico	625 770,68	538 640,21	87 130,47	601 588,20	534 155,85	67 432,35
Equipamento de transporte	121 339,55	88 472,75	32 866,80	121 339,55	88 472,75	32 866,80
Equipamento administrativo	199 027,09	158 386,93	38 499,96	196 886,89	158 386,93	38 499,96
Outros Ativos fixos tangíveis	214 462,38	68 923,92	145 538,46	214 462,38	68 923,92	145 538,46
<b>Total</b>	<b>6 426 351,49</b>	<b>2 234 340,02</b>	<b>4 189 871,27</b>	<b>6 370 985,69</b>	<b>2 202 289,90</b>	<b>4 168 695,79</b>

Descrição	2024					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	357 311,07					357 311,07
Edifícios e outras construções	4 879 397,60	29 043,12				4 908 440,72
Equipamento básico	601 588,20	24 182,48				625 770,68
Equipamento de transporte	121 339,55					121 339,55
Equipamento administrativo	196 886,89	2 140,20				199 027,09
Outros Ativos fixos tangíveis	214 462,38					214 462,38
<b>Total</b>	<b>6 370 985,69</b>	<b>55 365,80</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>6 426 351,49</b>

## 5 Ativos intangíveis

### Bens do domínio público

A Entidade usufrui dos seguintes “Ativos Intangíveis” do domínio público:

### Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2011 e de 2012, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

## 6 Custos de empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2024			2023		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Loações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descobertos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas caucionadas	6 163,29		6 163,29			0,00
Contas Bancárias de Factoring						0,00
Contas bancárias de letras descontadas						0,00
Outros Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>6 163,29</b>	<b>0,00</b>	<b>6 163,29</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Q08.2

## 7 Inventários

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2024				2023		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	20 590,72	0,00	0,00	15 746,11	4 844,61	0,00	20 590,72
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	18 187,43	195 630,80	0,00	16 804,98	0,00	0,00	18 187,43
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00

Fundação Nossa Senhora da Esperança

Rua Sequeira Sameiro 7320-138 Castelo de Vide

NIF:500875871 - Publicação em Diário da República 2ª Série – Nº 45 de 4 de Março de 2008 – Declaração nº72/2008

Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>38 778,15</b>	<b>195 630,80</b>	<b>0,00</b>	<b>37 395,70</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>38 778,15</b>
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				196 904,34			177 153,01
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

## 8 Rendimentos e gastos

Para os períodos de 2024 e 2023 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2024	2023
Vendas	0,00	0,00
<b>Prestação de Serviços</b>		
Quotas de utilizadores	1 099 666,35	987 294,86
Quotas e joias	0,00	0,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	0,00	52,62
Descontos e Abatimentos	9 114,87	0,00
Dividendos	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>1 108 781,22</b>	<b>987 324,71</b>

## 9 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

### Provisões

Nos períodos de 2023 e 2024, ocorreram as seguintes variações relativas a provisões:

Descrição	2024	Aumentos	Diminuições	2023
Provisões específicas do setor	791,99	0,00	0,00	791,99
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>791,99</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>791,99</b>

## 10 Subsídios e outros apoios das entidade públicas

A 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2024	2023
Subsídios do Estado e outros entes públicos	674 094,61	603 988,43
Subsídios de outras entidades	0,00	3 500,00
Doações e heranças	13 277,11	6 243,76

Fundação Nossa Senhora da Esperança

Rua Sequeira Sameiro 7320-138 Castelo de Vide

NIF:500875871 - Publicação em Diário da República 2ª Série – Nº 45 de 4 de Março de 2008 – Declaração nº72/2008

Legados	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>687 371,72</b>	<b>613 732,19</b>

## 12 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos directivos, nos períodos de 2024 e 2023, foram, respectivamente 5 e 5. Os órgãos directivos não usufruem remunerações.

No ano de 2023 FNSE teve em média 74 colaboradores, das quais 72 com contrato com a FNSE (46 com contrato no Lar JGPN, 26 com contrato no Lar do Convento).

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2024	2023
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	1 010 981,77	963 352,53
Benefícios Pós-Emprego	250,40	30,00
Indemnizações	223,41	223,41
Encargos sobre as Remunerações	226 255,07	206 737,74
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	7 135,67	5 599,53
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	22 977,85	12 943,33
<b>Total</b>	<b>1 267 600,76</b>	<b>1 188 886,54</b>

## 13 Acontecimentos após a data do balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024.

## 14 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## 16 Outras divulgações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

Fundação Nossa Senhora da Esperança

Rua Sequeira Sameiro 7320-138 Castelo de Vide

NIF:500875871 - Publicação em Diário da República 2ª Série – Nº 45 de 4 de Março de 2008 – Declaração nº72/2008

### 16.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2024 e 2023, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2024	2023
<b>Investimentos em subsidiárias</b>	<b>500,00</b>	<b>500,00</b>
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	500,00	500,00
<b>Investimentos em associadas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
<b>Investimentos em entidades conjuntamente controladas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
<b>Investimentos noutras empresas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Outros investimentos financeiros</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Perdas por Imparidade Acumuladas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total</b>	<b>500,00</b>	<b>500,00</b>

### 16.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2024 e 2023, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2024	2023
<b>Ativo</b>		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Doadores - em curso	0,00	0,00
Patrocinadores	0,00	0,00
Quotas	0,00	0,00
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Perdas por imparidade	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Passivo</b>		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Resultados disponíveis	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

### 16.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2024 e 2023 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2024	2023
<b>Clientes e Utentes c/c</b>		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	18 634,99	17 310,46
<b>Clientes e Utentes títulos a receber</b>		
Clientes	-14 806,17	-16 307,35

Fundação Nossa Senhora da Esperança

Rua Sequeira Sameiro 7320-138 Castelo de Vide

NIF:500875871 - Publicação em Diário da República 2ª Série – Nº 45 de 4 de Março de 2008 – Declaração nº72/2008

Utentes	0,00	0,00
<b>Cientes e Utentes factoring</b>		
Cientes		
Utentes		
<b>Cientes e Utentes cobrança duvidosa</b>		
Cientes		
Utentes		
<b>Total</b>	<b>3 828,82</b>	<b>1 003,11</b>

#### 16.4 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a seguinte decomposição:

Descrição	2024	2023
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	7 134,00	9 774,00
Outras operações	749,05	-659,81
Outros Devedores	2 058,71	7 303,29
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>9 941,76</b>	<b>16 417,48</b>

#### 16.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2024	2023
<b>Gastos a Reconhecer</b>		
	166 730,93	
<b>Total</b>	<b>166 730,93</b>	<b>0,00</b>
<b>Rendimentos a Reconhecer</b>		
	840,00	
<b>Total</b>	<b>840,00</b>	<b>0,00</b>

#### 16.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2024 e 2023, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2024	2023
Caixa	192,38	1 932,09
Depósitos à ordem	118 685,97	157 221,57
Depósitos a prazo	245 000,00	245 000,00
Outros		
<b>Total</b>	<b>363 878,35</b>	<b>403 531,88</b>

#### 16.8 Fundos Patrimoniais

Fundação Nossa Senhora da Esperança

Rua Sequeira Sameiro 7320-138 Castelo de Vide

NIF:500875871 - Publicação em Diário da República 2ª Série – Nº 45 de 4 de Março de 2008 – Declaração nº72/2008

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	3 541 611,86	0,00	0,00	3 541 611,86
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	46 490,76	0,00	-4 296,64	42 194,12
Excedentes de revalorização	407 000,00	0,00	0,00	407 000,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	944 732,38	0,00	-6 396,59	938 335,79
<b>Total</b>	<b>4 939 835,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-10 693,23</b>	<b>4 929 141,77</b>

## 16.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Fornecedores c/c	14 806,17	16 307,35
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>14 806,17</b>	<b>16 307,35</b>

## 16.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	5 193,73	3 137,72
Outros Impostos e Taxas	464,53	464,53
<b>Total</b>	<b>5 658,26</b>	<b>3 602,25</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	0,00	0,00
Segurança Social	25 836,70	24 891,14
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>25 836,70</b>	<b>24 891,14</b>

## 16.11 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2024		2023	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
<b>Pessoal</b>				
Remunerações a pagar		0,00		0,00
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações		-749,05		659,81
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00

Fundação Nossa Senhora da Esperança

Rua Sequeira Sameiro 7320-138 Castelo de Vide

NIF:500875871 - Publicação em Diário da República 2ª Série – Nº 45 de 4 de Março de 2008 – Declaração nº72/2008

Fornecedores de Investimentos		0,00		114,00
Credores por acréscimo de gastos		0,00		0,00
Outros credores		-2 058,71		-7 303,29
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>-2 807,76</b>	<b>0,00</b>	<b>-6 529,48</b>

### 16.12 Outros Passivos Financeiros

Os “Outros passivos financeiros” em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são os seguintes:

Descrição	2024	2023
	0	0
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

### 16.13 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2024 e 2023, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2024	2023
Subsídios do Estado e outros entes públicos	674 094,61	603 988,43
Subsídios de outras entidades	0,00	3 500,00
Doações e heranças	13 277,11	6 243,76
Legados	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>687 371,72</b>	<b>613 732,19</b>

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

### 16.14 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, foi a seguinte:

Descrição	2024	2023
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	83 130,25	71 337,00
Materiais	8 009,84	9 592,28
Energia e fluidos	147 147,09	124 115,16
Deslocações, estadas e transportes	1 141,40	1 292,77
Serviços diversos	116 562,06	84 640,06
<b>Total</b>	<b>355 990,64</b>	<b>290 977,27</b>

### 16.15 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Rendimentos Suplementares	0,00	0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	3 298,83	4,72
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00

Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	19 726,24	19 391,24
Outros rendimentos	35 003,50	35 808,56
<b>Total</b>	<b>58 028,57</b>	<b>55 204,52</b>

### 16.16 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Impostos	453,82	1 134,64
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos	450,00	1 562,24
<b>Total</b>	<b>903,82</b>	<b>2 696,88</b>

### 16.17 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2024 e 2023 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2024	2023
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	0,00	0,00
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	80,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>80,00</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	2 596,07	29,85
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>2 596,07</b>	<b>29,85</b>
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>2 596,07</b>	<b>-50,15</b>

### 16.18 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas pelo Conselho Administração em 31 de Março de 2025.

Fundação Nossa Senhora da Esperança

Rua Sequeira Sameiro 7320-138 Castelo de Vide

NIF:500875871 - Publicação em Diário da República 2ª Série – Nº 45 de 4 de Março de 2008 – Declaração nº72/2008

Fundação Nossa Senhora da Esperança  
**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**  
**PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**

Contribuinte: 500875871

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2024	2023
Vendas e serviços prestados		1.108.781,22	1.019.368,91
Subsídios, doações e legados à exploração		687.371,72	613.732,19
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		196.904,34	177.153,01
Fornecimentos e serviços externos		355.990,64	290.977,27
Gastos com o pessoal		1.267.600,76	1.188.886,54
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		58.028,57	55.204,52
Outros gastos		1.203,82	2.696,88
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>32.481,95</b>	<b>28.591,92</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		32.050,12	32.838,41
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>431,83</b>	<b>-4.246,49</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		2.596,07	29,85
Juros e gastos similares suportados		0,00	80,00
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>3.027,90</b>	<b>-4.296,64</b>
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>3.027,90</b>	<b>-4.296,64</b>

**Fundação Nossa Senhora da Esperança**  
**BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**

**Contribuinte: 500875871**  
**Moeda: (Valores em Euros)**

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2024	31 DEZ 2023
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis		4 345 820,72	4 322 505,04
Bens do património histórico e artístico e cultural		370 392,63	370 392,63
Ativos intangíveis		12 958,36	11 113,36
Investimentos financeiros		500,00	500,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		<b>4 729 671,71</b>	<b>4 704 511,03</b>
<b>Activo corrente</b>			
Inventários		37 395,70	38 778,15
Créditos a receber		18 634,99	17 310,46
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos		24 222,77	24 222,77
Caixa e depósitos bancários		363 878,35	403 531,88
Estado e Outros Entes Públicos		9 973,79	4 786,33
Outros Activos Correntes		9 948,93	17 077,29
		<b>464 054,53</b>	<b>505 706,88</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>5 193 726,24</b>	<b>5 210 217,91</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos		3 541 611,86	3 541 611,86
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		42 194,12	46 490,76
Excedentes de revalorização		407 000,00	407 000,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		938 335,79	944 732,38
		<b>4 929 141,77</b>	<b>4 939 835,00</b>
Resultado líquido do período		3 027,90	-4 296,64
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>4 932 169,67</b>	<b>4 935 538,36</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		791,99	791,99
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		<b>791,99</b>	<b>791,99</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores		14 806,17	16 307,35
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		6 163,29	0,00
Diferimentos		0,00	29 113,96
Estado e Outros Entes Públicos		32 612,32	29 414,84
Passivo Corrente		207 182,80	199 051,41
		<b>260 764,58</b>	<b>273 887,56</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>261 556,57</b>	<b>274 679,55</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>5 193 726,24</b>	<b>5 210 217,91</b>

A Direção

O responsável